

# A interpretação psicanalítica: o partejar de verdades livres, no encontro entre fantasias e realidade

Domingos Barroso da Costa<sup>1</sup>

Flávia Bernardi<sup>2</sup>

## RESUMO

Com o presente trabalho, pretendemos tratar da interpretação como instrumento analítico de suma relevância. Certo, por outro lado, é que, para tratar da interpretação, é imprescindível que se reflita sobre os meios que permitem ao analista acessar o conteúdo interpretável, o que significa ter contato com as verdades do sujeito, ou seja, suas fantasias e realidades. Nesse sentido, revisitamos a regra fundamental da psicanálise, referente à associação livre, propondo que, ao invés de uma convocação do sujeito ao compromisso de comunicar o que pensa, sem avaliação de relevância ou juízo de censura, seja ele convidado para, livre de parâmetros morais ou de importância, dizer o que lhe passa pela mente, se, quando e como quiser. Respeitadas as idiosincrasias de cada caso, segundo nossa hipótese, na atualidade, como regra, o aceno de liberdade talvez seja mais eficaz na fundação da transferência que as convocações imperativas outrora utilizadas, as quais, hoje, decaídos os valores rígidos que estruturavam o que se convencionou chamar modernidade – e que balizaram a produção teórica e prática de Freud –, é de se supor, mais limitam que libertam o analisando em seu processo de entrega ao trabalho analítico.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Interpretação. Sujeito. Alteridade. Sentido.

---

1 Defensor Público do Rio Grande do Sul, com atuação junto aos tribunais superiores. Doutorando e mestre em Psicologia pela PUC-Minas. Especialista em Criminologia (PUC-Minas) e Direito Público (UNIGRANRIO). Graduado em Direito pela UFMG.

2 Psicóloga e Psicanalista. Membro Efetivo do CEPserra.

*“Lalíngua  
A língua é bela em seus movimentos  
Quando, sozinha, se deita no céu da boca  
Ou quando, com outra, se busca em mil tormentos.  
Mas a língua é ainda mais bela quando escorrega  
E lambendo leve o desejo, goza em agonia  
Bem no ponto em que sua ponta toca, macia, a poesia.”*  
(Domingos Barroso da Costa)

## 1 INTRODUÇÃO

Associada a uma escuta que flutue segundo as frequências da fala do analisando e aberta às sintonias que esta possibilite a partir dos canais construídos na relação analítica, a interpretação apresenta-se como um dos principais instrumentos de trabalho do psicanalista, uma verdadeira arma técnica (VALLS, 1995), resultado de todo um trabalho associativo que auxiliará na tentativa de trazer à consciência aquilo que está inconsciente (FREUD, 1904 [1903]). Por assim ser, e também por ser aplicada sobre objeto (a palavra) e dinâmicas (sua enunciação e silenciamento) bastante variáveis de sujeito a sujeito, considerada a época e as histórias que expressam e em que se articulam, tem-se que a interpretação em psicanálise deve ser tema de constante reflexão e debate.

Aliás, por todo o exposto, entende-se possível afirmar que a reflexão e o debate sobre a interpretação são condições inafastáveis de evolução da teoria e da técnica psicanalíticas, que sempre dirão de sujeitos falantes e, logo, produtores de sentidos que deverão ser explorados no *setting*. Nessa perspectiva, apresentam-se, para discussão, as reflexões a seguir desenvolvidas que, a partir da teoria de Freud e na esteira do proposto por outros autores, buscam alcançar uma orientação interpretativa para o processo analítico que não se limite a uma atividade detetivesca, mas tampouco se faça livre de qualquer compromisso com as narrativas e bagagens trazidas pelo analisando para o campo. Em nosso percurso, portanto, buscaremos apoio não só na produção freudiana, mas também em teses propostas por outros autores, como, por exemplo, Helena Rosenfeld e Hans-Georg Gadamer, cuja filosofia hermenêutica, embora pouco conhecida no universo psicana-

lítico, parece-nos ter muito a contribuir para a articulação das elaborações ora propostas.

## 2 OS EXTREMOS: DA BUSCA CEGA PELA COISA PERDIDA ÀS COISAS PERDIDAS EM BUSCAS ÀS CEGAS

As reflexões aqui desenvolvidas, pensadas para fomentar o debate sobre a importância da interpretação no processo analítico, propõem que o analista não assuma nem uma posição de detetive, nem de mero produtor aleatório de sentidos, já que ambos extremos dificultam, e até mesmo impedem, que se instale no *setting* uma atmosfera favorável para que a verdade psíquica do paciente possa, livremente, aparecer.<sup>3</sup> Pensamos, nesse sentido, que a interpretação capaz de produzir sentidos autênticos no manejo das intervenções clínicas é aquela que se produz a partir de uma *atenção flutuante* eficaz em estabelecer uma sintonia entre analista e analisando – o que entendemos albergado pela noção de transferência –, transformando sentidos cristalizados ou mesmo produzindo novos sentidos, mas sempre a partir da bagagem e das narrativas que este (o analisando) traz à cena analítica.

Isso porque, afinal, é ao analisando que os sentidos transformados ou criados na interpretação deverão *servir*, sintonizando-se a suas narrativas e a seus afetos para aliviá-lo das limitações que lhe impõem seus sintomas. E, segundo entendemos, nem o trabalho detetivesco, muito menos uma criação aleatória de sentidos são meios eficazes quando se tem esse objetivo. O analista precisa estar imbricado no discurso do analisando, evitando ao máximo as pressuposições (que geralmente se dão a partir das suas próprias fantasias): é um trabalho de escuta, não de

---

3 Reportando ao título do tópico, pensamos que a atitude detetivesca, que remete a um estado de vigilância disciplinar, policialesco, pode conduzir a uma *busca cega* – incapaz de observar as coisas que se apresentam no entorno – pela *Coisa* perdida (nada mais, nada menos que *A Coisa*). Por sua vez, a produção aleatória de sentidos equivale a verdadeira *busca às cegas*, na medida em que, desorientada, é incapaz de apreender as *coisas* que vão se apresentando no percurso analítico e que deveriam ser tomadas como referenciais à interpretação, as quais, assim, terminam perdidas. Trata-se de exemplos extremos que contrariam a proposta da *atenção flutuante*: se, de um lado, o trabalho termina prejudicado pelo excesso de uma atenção focal (ausência de flutuação), por outro, se perde por excesso de flutuação (ausência de atenção).

direcionamentos ou adivinhações mirabolantes; é um caminho a ser percorrido de mãos dadas e sem paradeiro certo, lado a lado, sempre aberto aos novos horizontes que se delineiem na travessia.<sup>4</sup>

Avançando um pouco mais, ainda no que concerne à interpretação analítica tomada como trabalho detetivesco – a busca cega pela *Coisa* perdida –, entendemo-la como caminho cercado de armadilhas e impossibilidades. Afinal, como o próprio Freud (1899) reconhecia, as narrativas do analisando nem sempre remetem a vivências de fato ocorridas: essa plasticidade da memória, que cambia entre fantasia e realidade, usualmente engendra um sem-número de falsas pistas, até mesmo como defesa do analisando, as quais poderão induzir o analista a erro em suas investigações. Além disso, ao focar cegamente *na Coisa* perdida, o analista corre o risco de perder o potencial significante de diversas outras *coisas* que o analisando vai deixando pelo percurso e que podem metaforizar um objeto desde sempre e para sempre perdido, que, por assim ser, jamais poderá ser efetivamente encontrado, de modo que sua busca deverá ser reflexa, ou seja, a partir do que dele possa haver noutros objetos em seus deslizamentos significantes.

Mas há outros obstáculos importantes para uma investida analítica que se pretenda detetivesca. Dentre eles, o maior dos riscos: o de o analista eleger equivocadamente *uma Coisa* (suposta) a ser procurada – atribuindo-lhe uma máxima e falsa importância – e, assim, comprometer todo seu trabalho, o que inclui o incremento da possibilidade de sugestionamento do analisando, que, até mesmo por defesa, para ocultar o que importa, pode terminar levando-o (o analista) aonde quer ir.

---

4 “Uma pergunta importuna que o paciente faz ao médico, no início, é: ‘Quanto tempo durará o tratamento? De quanto tempo o senhor precisará para aliviar-me de meu problema?’ Se se propôs um tratamento experimental de algumas semanas, pode-se evitar fornecer resposta direta a esta pergunta, prometendo-se fazer um pronunciamento mais fidedigno ao final do período de prova. Nossa resposta assemelha-se à resposta dada pelo Filósofo ao Caminhante, na fábula de Esopo. Quando o caminhante perguntou quanto tempo teria de jornada, o Filósofo simplesmente respondeu ‘Caminha!’ e justificou sua resposta aparentemente inútil, com o pretexto de que precisava saber a amplitude do passo do Caminhante antes de lhe poder dizer quanto tempo a viagem duraria. Este expediente auxilia-nos a superar as primeiras dificuldades, mas a comparação não é boa, pois o neurótico pode facilmente alterar o passo e, às vezes, fazer apenas progresso muito lento. Na verdade, a pergunta relativa à duração provável de um tratamento é quase irrespondível.” (FREUD, 1913, p. 143).

E não é só. Também não se pode desconsiderar o peso disciplinar da intenção dita detetivesca e as consequências explícitas e implícitas de se aproximar o trabalho analítico de uma investigação policial, à caça de crimes e confissões. As relações de poder – que jamais devem ser perdidas de vista – e as dinâmicas de crime e castigo que são chamadas à cena com essa postura tendem a comprometer todo o processo analítico, sendo possível, inclusive, que passem a integrar e reforçar sintomas e sofrimentos do analisando.

Os tempos são outros, e já não experimentamos a rigidez moral que caracterizava a modernidade,<sup>5</sup> justamente o período em que Freud desenvolveu seus trabalhos e sua obra. Sem desconsiderar as peculiaridades de cada caso e o caminho que propõem, pensamos até que, de um modo geral, a contemporaneidade convida a revisitar a forma de expressão da dita regra fundamental da psicanálise, qual seja, a *associação livre*.

Assim, mais do que convocar o analisando a assumir o compromisso de dizer ao analista tudo o que lhe passa, independentemente de qualquer censura ou juízo de relevância (FREUD, 1904 [1903], 1913), compreendemos que os tempos<sup>6</sup>

---

5 Em breves linhas – e no limite da abordagem proposta –, pode-se caracterizar a modernidade como um período orientado por ideais racionais, os quais emergiram em substituição aos ideais religiosos que estruturavam estados e sociedades até então. Fundado na razão, na ciência e na técnica, possibilitou as revoluções industriais e a ascensão do movimento positivista, que procurava trazer para as ciências humanas e sociais o rigor próprio das ciências exatas e naturais – o que inclusive explica algumas tentativas de Freud de aproximar a psicanálise da biologia, numa tentativa de legitimar seu discurso segundo o ideal de ciência então vigente. Por fim, cumpre destacar que os rigores daquele período não se restringiam apenas às ciências e técnicas, mas também se refletiam na rigidez moral que procurava disciplinar os homens ao trabalho, integrando-os a uma sociedade que se organizava segundo o sistema de produção industrial de bens (COSTA, 2009).

6 Vivemos, ainda, no período que alguns autores (como KUMAR, 1997) definiram como pós-modernidade – nomeado por Bauman (2001) como modernidade líquida. Achamos adequado o termo pós-modernidade, na medida em que se trata de período que se afirma contrariando o período anterior. Ou seja, a pós-modernidade afirma-se enquanto se opõe à modernidade e seus ideais, opondo instabilidade à estabilidade do período anterior, o gozo e o consumo à contenção moderna, a liberdade à segurança da sociedade hierarquizada de outrora. Ou seja, só há pós-modernidade com referência à modernidade, não se tratando de um período com luzes próprias que possam identificá-lo autonomamente (COSTA, 2016). Comparando o mal-estar de cada um dos tempos – o excesso de segurança na modernidade e uma liberdade desorientada na pós-modernidade –, afirmou Bauman (1998, p. 10): “Se obscuros e monótonos dias assombraram os que procuravam a segurança, noites insones são a desgraça dos livres.”

demandam que se convide o analisando a dizer tudo o que lhe venha à mente, independentemente de censuras ou juízos de importância, *desde que queira, como e quando quiser*, sabedor de que o acesso a esses conteúdos pode favorecer o processo analítico. Em síntese: o analisando deve estar à vontade para comunicar-nos tudo o que lhe ocorre *como puder*, uma vez que se sabe que nem todas as defesas são prontamente superáveis<sup>7</sup> e que a maioria dos conteúdos que traz consigo lhe escapa ao controle e à consciência.<sup>8</sup>

No que concerne ao estabelecimento da transferência, no recorte histórico que vivenciamos, entendemos que a liberdade faz laço mais forte que convocações imperativas a rígidos compromissos. A esse respeito, retomando a metáfora do passeio de mãos dadas, podemos pensar que é o sujeito em análise o guia (inconsciente) dessa travessia. Afinal, e ainda que não o saiba, é somente dele o ‘mapa’ dessa estrada: compartilhando-o, poderá desfrutar da companhia atenta e adequada do analista que, sem descurar da necessidade de se aproximar ao máximo de uma neutralidade ética (FREUD, 1912) e apoiado no tripé psicanalítico (formação, supervisão e análise), fará interpretações e releituras, identificará falsas pistas e armadilhas, tropeçará, traçará novas rotas, avançará... de modo a, juntos, compreenderem melhor a região em que transitam para, quiçá, descobrirem os melhores caminhos a serem tomados.

Em resumo, pode-se dizer que o trabalho analítico que se pretenda detetivesco termina por concentrar-se demasiadamente no objetivo, na chegada, no encontro de/com algo pronto e grandioso, de modo que termina por descurar da riqueza que se apresenta no processo de procura ou, como dito, dos objetos que são deixados no caminho pelo analisando.

---

7 “[...] quando Freud estabelece como regra fundamental da situação analítica a associação livre, ele não pretende que o ‘livre’ signifique ausência de determinação. Pelo contrário, o valor metodológico da associação livre reside exatamente no fato de que ela nunca é livre. É na medida em que o paciente fica livre do controle consciente (dentro dos limites possíveis), não permitindo que a coerência lógica se imponha ao seu relato, que uma outra determinação se torna possível: a do inconsciente. A associação livre não tem por objetivo substituir o determinado pelo indeterminado, mas substituir uma determinação por outra.” (GARCIA-ROZA, 1988, p. 171).

8 Neste ponto, cabe lembrar Freud (1917), ao destacar que o eu não é mais senhor em sua própria casa, deixando-nos a ideia de uma determinação inconsciente regendo a vida e, assim, o discurso dos seres humanos.

## Segundo Helena Rosenfeld:

[...] essa maneira de conceber a interpretação, como tradução simultânea, explicação, deciframento, revelação de um sentido oculto já dado, não dá conta do que ocorre na experiência clínica, porque, dentre outras coisas, abole a possibilidade de emergência de significações novas que não estão dadas a priori. Nas palavras de Renato Mezan<sup>9</sup>: “A psicanálise, porque é leitura, é trabalho e não deciframento, é instauração do sentido e não mera revelação dele, é negação singular e dolorosa e não marcha triunfal rumo a uma transparência enganadora.” (ROSENFELD, 1998, p. 53).

No outro extremo, quando se toma o trabalho analítico como livre criador de sentidos novos, sem um maior cuidado com a delimitação dos sentidos possíveis, segundo narrativas e bagagens do analisando – uma *busca às cegas*, portanto –, o risco que se corre é de se esvaziar a interpretação de qualquer conteúdo de afeto ou capacidade conectiva que a dote de potencial mobilizador para aquele a quem se dirige – o analisando. É o caso de se perderem *as coisas* pela cegueira de quem as busca em relação a quem primeiramente interessam, de quem primordialmente dizem.

Ou seja, neste caso, temos uma interpretação inautêntica, assim esvaziada de força de intervenção, que pode se estruturar em raciocínio lógico genial, mas que nada comunica ao analisando. Novamente fazendo uso das metáforas, seria uma situação que se equipararia à tentativa de se plantar semente inadequada a determinado solo ou clima: nada produzirá; ou, em mais um esforço metafórico, podemos pensar em uma interpretação entregue ao analisando em língua por ele desconhecida, que, assim, será incapaz de produzir um sentido integrador para aquela relação analítica, considerado o contexto em que se dá.

Pelo exposto até aqui, temos então que, enquanto os esforços detetivescos promovem um engessamento dos sentidos, as interpretações que se propõem

---

9 MEZAN, R. A querela das interpretações. In: MEZAN, R. **A vingança da Esfinge**: ensaios de psicanálise. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 73.

libertas de qualquer ancoragem no contexto narrativo estabelecido na relação analista-analisando terminam por volatilizá-los – os sentidos –, esvaziando-os de qualquer potencial mobilizador.

### 3 O CAMPO SIMBÓLICO ESTABELECIDO NA RELAÇÃO ANALÍTICA COMO FONTE SIGNIFICANTE PARA O TRABALHO DE INTERPRETAÇÃO

Ao tratar da linguagem como principal meio de dominação nazista, Victor Klemperer (2009, p. 7) epigrafa seu *LTI: a linguagem do Terceiro Reich* com belíssima frase de Franz Rosenzweig, segundo o qual “A linguagem é mais do que sangue.”. E é dessa frase que partimos em busca de referenciais hermenêuticos<sup>10</sup> que possam orientar o trabalho analítico, considerando que este se estabelece e deve produzir efeitos entre sujeitos falantes, para os quais, sem dúvida, a linguagem é mais do que sangue.

Conforme Leila Longo:

A linguagem humana é o termo *entre* o eu e o outro. Entre o sujeito que fala e seu ouvinte existe um anteparo, uma proteção, uma espécie de muralha que se ergue, mesmo quando há silêncio. Entre dois seres humanos existe sempre a muralha da linguagem.

Nada há no mundo que não participe da linguagem: a realidade se expressa na palavra e só existe na medida em que possa dizê-la. A linguagem tem uma existência dinâmica, está em permanente processo de criação por sua multidão de falantes – as forças vivas dos sujeitos que reagem contra a coisificação da linguagem. Essas forças não estão presentes apenas nos poetas, estão enraizadas nas falas de todos (LONGO, 2011, p. 7).

---

10 E, para os fins deste breve estudo, se toma a palavra *hermenêutica* em seu sentido mais simples, ou seja, como trabalho de interpretação.

Importante destacar que, se os sujeitos falam, é porque lhes falta, e o que lhes falta é justamente aquela *Cóisa* que lhes dispensaria a prótese da palavra para integrá-los a uma natureza perfeita, plena, instintual.

E como a palavra vem no lugar de uma incompletude instituinte e insuperável, é próprio dela deixar restos não representados e não representáveis, uma vez que, embora consiga fazer borda ao furo de natureza que funda o sujeito que fala, jamais conseguirá tamponá-lo, por mais que se desdobre ao infinito. Instaura, assim, o destino do sujeito do desejo, que, carente de natureza, tem que seguir palavreando o mundo em busca de pousos minimamente seguros e estáveis, ao que se dá o nome de processo civilizatório.<sup>11</sup>

Mas a condição de falante desejante e a sujeição à palavra tem outra implicação essencial: a alteridade. Deficiente em termos de natureza, o sujeito humano depende radicalmente do outro para sobreviver e integrar-se ao seu mundo, que é o mundo da palavra, de modo que a condição de falante tem a alteridade por pressuposto, uma linguagem compartilhada como meio que o permite ser reconhecido e reconhecer, nomear e ser nomeado, saber-se igual e diferente dos *outros* com quem fala desde um *lugar Outro* comum, do qual se extraem referenciais minimamente estáveis que, compartilhados, viabilizam a comunicação e lhe garantem alguma realidade. Justamente por isso pode Hannah Arendt (2010, p. 61) afirmar que “A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos [...]”.

Nessa perspectiva, no contexto do percurso analítico, a interpretação talvez possa ser pensada como a garantia da presença do analista, que, como companhia viva e atual de caminhada, oferece sua palavra falada e imbricada aos relatos compartilhados pelo analisando. O trabalho clínico introduz um terceiro que permite espaço de criação, dimensão em que o analista poderá propor novas palavras e preparar novos sentidos, considerado o *repertório simbólico* produzido a partir do vínculo estabelecido e que oportunizará ao analisando um outro olhar e, logo, interpretações outras sobre as questões que o mobilizam e o fazem singular subjetividade.

---

11 Justamente por isso, Dany-Robert Dufour (2008) define a linguagem como o *habitat* natural do humano.

Posto isso, desde já, temos, ao menos, três referenciais hermenêuticos que devem orientar o trabalho analítico: **1) a alteridade**; **2) a palavra e seus restos** (o representado e o representável/o não-representado e o não-representável); além do **3) campo simbólico** estabelecido na relação analítica, que permite a comunicação entre analista e analisando.

Temos, portanto, que a construção da boa interpretação – que é aquela que representa verdadeira intervenção mobilizadora, capaz de engendrar novos sentidos ou transformar os que já estejam cristalizados como sintomas – depende da observância desses três referenciais. Assim, concluímos que, para que a interpretação consiga fazer-se intervenção eficaz em driblar as defesas do analisando e, com apoio no representado/representável, tocar o não-representado/não-representável,<sup>12</sup> afetando-o ao ponto de mobilizá-lo à produção de sentidos outros ou à transformação daqueles sedimentados sob a forma de sintomas, é necessário que o analista (enquanto hermeneuta) jamais perca de vista que sua escuta e seu olhar dirigem-se a um outro (**a alteridade**), que, também sujeito a um inconsciente, não pode ser olhado e escutado apenas em seus ditos, com o que há de resguardar o devido espaço para a emergência de seus não-ditos e entreditos (**a palavra e seus restos**), os quais só poderão ser tocados pela palavra viva extraída da narrativa tecida e compartilhada por analista e analisando, que é o que permite sua singular comunicação, ao que se pode chamar trabalho analítico (**campo simbólico**).

Se, então, dizemos de uma interpretação que, desdobrada em intervenção, seja capaz de afetar o outro, pressupomos a compreensão por parte desse outro da interpretação que lhe é dirigida, o que nos abre à filosofia hermenêutica de Hans-Georg Gadamer (2006, p. 40), para quem “A compreensão é o movimento mesmo da ‘transcendência’”. Vale, então, questionar se, em um contexto analítico, a compreensão, enquanto movimento de transcendência, não seria justamente

---

12 Neste ponto, cabe-nos destacar a importância da razão no acesso à desrazão, ao que repetidamente escapa à lógica, ao absurdo, ou seja, a importância do consciente no acesso ao inconsciente. Fosse diferente, não haveria teorias e métodos racionalmente estruturados com esse fim. Julgamos relevante este apontamento diante das fortes tendências em conferir importância excludente aos conteúdos inconscientes. Ora, ainda que o processo analítico vise destacadamente ao acesso e à transformação possível desses conteúdos, não podemos olvidar que é pela expressão consciente e seus lapsos de toda ordem que o inconsciente pode ser acessado; é pela palavra que se pode acessar a não-palavra (ROSENFELD, 1998).

aquela capaz de mobilizar o analisando na apreensão e desconstrução de seu sintoma, com vistas à transformação ou à produção de sentidos. Entendemos que sim e, ainda com Hans-Georg Gadamer (2006), temos que é nessa perspectiva libertadora e preñhe de sentidos que a interpretação/compreensão pode ser tida como possibilidade de realização do sujeito enquanto ser-no-mundo, singularidade significativa que se reconhece e se afirma entre outras.

Entretanto, para que se faça possível tal compreensão, é imprescindível que a intervenção que a induza a partir de boa interpretação se valha de uma linguagem capaz de relacionar analista e analisando em um contexto narrativo comum, que inclui ditos, não-ditos e entreditos, estabelecendo-se como fonte de toda produção ou transformação de sentidos que se deem no trabalho analítico. Refere-se, portanto, a uma “[...] relação circular entre o todo e suas partes: o significado antecipado em um todo se compreende por suas partes, mas é à luz do todo que as partes adquirem a sua função esclarecedora.” (GADAMER, 2006, p. 58).

Noutras palavras, para que se converta em intervenção eficaz, a apreensão e a boa interpretação do inconsciente que emerge em atos falhos, chistes, sintomas ou sonhos não pode se ater ao fragmento discursivo – ou mesmo ao ato isolado – pelo qual se apresenta, devendo buscar sentido no contexto estabelecido na relação analítica, sob pena de em nada afetar o analisando e, assim, em última análise, tornar nulo o próprio trabalho analítico. O melhor sentido das palavras, portanto, há de ser encontrado a partir da frase que compõem, o da frase no parágrafo que integra, o do parágrafo no texto que o contém e o do texto no contexto em que se insere – incluídos, por certo, os sentidos implícitos, não-ditos e entreditos –, que aqui se apresenta como o *Outro* ordenador e garantidor de sentidos comuns, à luz da teoria lacanianiana, valendo lembrar, com Hans-Georg Gadamer (2006, p. 59), que “Compreender é participar de uma perspectiva comum.”

#### **4 NA SOMBRA DAS FANTASIAS, (À) A LUZ DA INTERPRETAÇÃO: À GUIA DE CONCLUSÃO**

Freud também nos fala dessa perspectiva de sentidos que são, a um só tempo, compartilhados e singularizantes, dessas representações que, através do lúdico,

vão se inserindo, tomando forma e, à sua maneira, escrevendo uma história: “[...] ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor, reajusta os elementos de seu mundo de uma nova forma que lhe agrade.” (FREUD, 1908 [1907], p. 135). Ao se embrenhar num percurso analítico, o sujeito também poderá fazer uso da fantasia para deixar transparecer os elementos do seu mundo psíquico através da sua fala – especialmente se, livre de censuras e juízos de relevância, ele puder falar o que quiser, como quiser – inclusive através da expressão de fantasias –, quando quiser, enfim do jeito que puder. Para tanto, é imprescindível que o analista possa oferecer uma escuta sem expectativas, despida de suas próprias fantasias, de modo a evitar que estas terminem por representar ofertas de adereços ao analisando, que precisa, justamente, encontrar, entender e identificar as suas próprias fantasias.

A arte sempre oferece um belo portal, que se abre para que as vozes se encontrem, uma vez que a teoria jamais será suficiente para dar conta de todo o universo que se apresenta através do discurso (FREUD, 1908 [1907]) ou, dito de outro modo, a arte existe porque falta: falta a dizer, falta a fazer, falta a ser. Assim, para além da indispensável teoria e do bom domínio da técnica, outros elementos de cultura são aliados importantes na construção de qualquer elaboração analítica. Quando pensamos na psicanálise como um encontro para que histórias, atos, palavras e sentidos sejam repetidos, recordados e elaborados (FREUD, 1914), é inevitável pensarmos também na liberdade necessária para que o mundo representacional do sujeito possa, de fato, aparecer. Apenas assim, a interpretação será capaz de recuperar o que se perdeu pelos amplos vales da repressão e negação, para, através de associações e construções significantes, auxiliar no partejamento de novos sentidos.

A música também nos socorre nesse percurso. Vejamos:

Vem, meu menino vadio  
Vem, sem mentir pra você  
Vem, mas vem sem fantasia  
Que da noite pro dia  
Você não vai crescer  
Vem, por favor, não evites

Meu amor, meus convites  
Minha dor, meu apelo  
Vou te envolver nos cabelos  
Vem perder-te em meus braços  
Pelo amor de deus  
Vem, eu te quero fraco  
Vem que eu te quero tolo  
Vem, eu te quero todo meu.  
[primeira parte]  
Ah  
Eu quero te dizer  
Que o instante de te ver  
Custou tanto penar  
Não vou me arrepender  
Só vim te convencer  
Que eu vim pra não morrer  
De tanto te esperar  
Eu quero te contar  
Das curvas que apanhei  
Das noites que parei  
Do escuro a te buscar  
Eu quero te buscar  
Eu quero te mostrar  
As marcas que ganhei  
Nas lutas contra o rei  
Nas discussões com deus  
E agora que cheguei  
Eu quero a recompensa  
Eu quero a vida imensa  
Dos carinhos teus.  
[segunda parte] (HOLLANDA, 1968).

Na bela canção de Chico Buarque de Hollanda (1968), intitulada *Sem fantasia*, as vozes feminina e masculina (primeira e segunda parte, respectivamente) nos levam a pensar num *encontro desencontrado*, em que ambos, mulher e homem,

apesar de estarem imbricados, pressupõem-se a partir das suas próprias fantasias.<sup>13</sup> A mulher querendo acolhê-lo na sua simplicidade e ingenuidade de menino frágil; o homem querendo apresentar-se na sua valentia e nas suas narrativas heroicas para conquistá-la.

Quando o sujeito consegue apresentar e representar suas fantasias (e sendo o analista capaz de recebê-las em liberdade, despidido das pressuposições que compõem suas próprias fantasias), surge um espaço possível para que ali seja construída uma nova história. O analisando tem que se sentir livre para levar ao *setting* suas fantasias, cabendo ao analista acolher essas representações, deste se esperando suficiente capacidade e habilidade de continência para manter suas próprias fantasias devidamente discriminadas e reconhecidas.

Freud sempre defendeu a ideia de que a psicanálise era um método e também um processo de busca e desvelamento, em que a elaboração surgiria à medida que tudo aquilo que estava mudo no psiquismo do sujeito pudesse transformar-se em linguagem. Dessa forma, muito mais do que trazer apenas alívio para sintomas – que, embora possam migrar ou transformar-se, jamais serão abolidos –, o objetivo da psicanálise é auxiliar as pessoas a falarem em primeira pessoa, ou seja, a enunciarem a partir de um *eu*, tornando-se, nessa medida, responsáveis pelos discursos e atos a partir dos quais constroem sua história singular. Aliás, o acesso a essa *autonomia possível* inclusive implica que o analisando se saiba limitado em sua condição de sujeito do inconsciente, subordinado a forças que fazem do erro parte integrante de seu percurso.<sup>14</sup>

A interpretação comunicada, nesse sentido, pode ser justamente aquilo que permite ao sujeito reposicionar seu olhar sobre as questões que o afetam e, assim, divisar novos horizontes de sentido, novas formas de pensar e repensar a vida, trilhar novos caminhos, escolher novas mãos parceiras para atravessar alguns trechos e, até mesmo, criar novas dúvidas para abalar certezas até ali inabaláveis.

---

13 O que nos remete à tão conhecida síntese lacaniana, segundo o qual a relação sexual não existe, dois jamais podendo fazer um.

14 Como bem expressa a poesia de Paulo Leminski (1991, p. 42): “Erra uma vez / nunca cometo o mesmo erro / duas vezes / já cometo duas três / quatro cinco seis / até esse erro aprender / que só o erro tem vez”.

No contexto analítico, entendemos que a fantasia tanto pode ser um obstáculo para alcançar a verdade como, ao mesmo tempo, a única via pela qual a verdade pode emergir. E é justamente o encontro de inconscientes que permitirá que os elementos do mundo psíquico – fantasiados ou não – apareçam, sejam compreendidos, interpretados e, só então, se modifiquem.

A interpretação da fantasia, então, equivale a um esforço de compreensão da verdade que o analisando tenta mostrar. Logo, construir – escutar e formular – uma interpretação é poder se atrever a questionar todas as certezas tidas até então, considerando e reconhecendo a psicanálise como uma teoria do pensamento que valoriza a ideia de bordejamento de fantasias e fantasmas pelo fio da palavra; que permite à língua valsear, de modo a produzir novas palavras e sentidos através da pronúncia significativa dos ritmos descobertos pela interpretação.

Enfim, a psicanálise afirma que sim: é possível mudar com palavras<sup>15</sup> a forma e o sentido das coisas.<sup>16</sup> Com apoio na literatura de Domenico Starnone (2020), pensamos ser possível que, pelas mãos de habilidosos intérpretes, num ambiente de laços instituídos com liberdade, a psicanálise singularize o ordinário, possibilitando que cúpulas de defesa transformem-se em cálices de acolhida a novos sentidos,<sup>17</sup> a refinadas mudanças de perspectivas que redirecionem nossos afetos e permitam-nos, ao menos, estar mais à vontade no mundo.

---

15 “Agora começamos também a compreender a ‘magia’ das palavras. É que as palavras são o mediador mais importante da influência que um homem pretende exercer sobre o outro; as palavras são um bom meio de provocar modificações anímicas naquele a quem são dirigidas, e por isso já não soa enigmático afirmar que a magia das palavras pode eliminar os sintomas patológicos, sobretudo aqueles que se baseiam justamente nos estados psíquicos.” (FREUD, 1905, p. 279).

16 Somos causa e efeito da palavra, ou, nos dizeres de Agualusa (2010, p. 72), “Assim como nós criamos as línguas, também as línguas nos criam a nós.”

17 “Enquanto voltava a pé para casa lutando com o guarda-chuva que o vento, com rajadas repentinas misturadas à água, tendia a transformar de cúpula em cálice – como é fácil mudar com palavras a forma das coisas.” (STARNONE, 2020, p. 33).

## REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, J. E. **Milagrário pessoal**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- COSTA, D. B. **A crise do supereu**: e o caráter criminógeno da sociedade de consumo. Curitiba: Juruá, 2009.
- COSTA, D. B. **Proibido era mais gostoso**: o desejo de ontem, o gozo de hoje e o tédio de amanhã. Curitiba: Juruá, 2016.
- DUFOUR, D. R. **O divino mercado**: a revolução cultural liberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FREUD, S. (1899). Lembranças encobridoras. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 285-304. (Edição standard brasileira, 3).
- FREUD, S. (1904 [1903]). O método psicanalítico de Freud. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 233-240. (Edição standard brasileira, 7).
- FREUD, S. (1905). Tratamento psíquico (ou anímico). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 267-288. (Edição standard brasileira, 7).
- FREUD, S. (1908 [1907]). Escritores criativos e devaneio. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 133-143. (Edição standard brasileira, 9).

FREUD, S. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 122-133. (Edição standard brasileira, 12).

FREUD, S. (1913). Sobre o início do tratamento (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 133-158. (Edição standard brasileira, 12).

FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 159-171. (Edição standard brasileira, 12).

FREUD, S. (1917). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 155-163. (Edição standard brasileira, 17).

GADAMER, H. G. **O problema da consciência histórica**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HOLLANDA, C. B. (1968). **Sem fantasia**. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3 min 27 s). Publicado pelo canal Biscoito Fino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtGpXx0SH0Y>. Acesso em: 4 out. 2020.

KLEMPERER, V. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LEMINSKI, Paulo. **La vie en close**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LONGO, L. **Linguagem e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (Passo a passo, 64).

ROSENFELD, H. K. **Palavra pescando não-palavra**: a metáfora na interpretação psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

STARNONE, D. **Segredos**. São Paulo: Todavia, 2020.

VALLS, J. L. **Diccionario freudiano**. Madrid: Julián Yébenes, 1995.

## **The psychoanalytical interpretation: the midwifery of free truths, on the encounter between fantasy and reality**

### **ABSTRACT**

In the present work we intend to treat interpretation as a meaningful analytical instrument. Sure, on the other hand, to deal with interpretation it is crucial that we reflect about the approaches that qualify the psychiatrist to locate the interpretable content. This suggests having a connection with the individual's truthfulness, that is, between its fantasies and realities. For that matter we revisited the major rule of psychoanalysis regarding free association. Proposing that, instead of demanding the individual to communicate his thoughts, without any evaluation of relevance or restriction judgments. Being him invited to, free of moral parameters or value, tell what goes through his mind, if, when and how he wants. Respecting the idiosyncrasies of each case, according to our hypothesis, nowadays as a rule, the gesture of liberty perhaps be more efficient on the foundation of transference that the imperative convocation once used. Whom in the present moment, decreased the strict values that were the structure of what was stipulated as modernity - those values upheld Freud theoretical and practical production – we can presume that they are limiting the examiner in its process of deliver the analytic work.

**Keywords:** Psychoanalysis. Interpretation. Subject. Otherness. Sense.